# Trigésima Primeira Alteração e Consolidação do Contrato Social da MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ n° 05.343.029/0001-90 NIRE n° 32.2.0172096-1

JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade n° 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 633.791.987-49, doravante denominado "JOSÉ"; e,

**VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade n° 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o n° 266.539.151-15, doravante denominada "**VERÔNICA**".

As partes qualificadas acima, na posição de únicos Sócios e detentores da totalidade do capital social da Sociedade Empresária Limitada, denominada, **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, conforme Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o nº 32201720961, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030, aqui denominada apenas "Sociedade".

E, ainda, na qualidade de ("Sócia Ingressante")

**MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA.,** sociedade empresária limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°43.687.090/0001-43, com seus atos devidamente registrados na Junta Comercial do Espírito Santo sob o n° 32202820986, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030, neste ato representada por seus administradores, **JOSÉ** e **VERÔNICA**, acima qualificados, doravante denominada "**MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES**".

**RESOLVEM**, os Sócios, de comum acordo e na melhor forma de direito, realizar a Trigésima primeira alteração do Contrato Social da Sociedade, consolidando a versão alterada do instrumento, ao final, mediante as cláusulas e condições a seguir apresentadas:

#### I - CESSÃO ONEROSA DE QUOTAS COM RETIRADA DE SÓCIOS

1.1. Os Sócios aprovam, neste ato, a admissão como Sócia da Sociedade, da **MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES**, em razão da integralização operacionalizada pelos Sócios **JOSÉ** e **VERÔNICA**, que aqui assumem a condições de sócios retirantes, uma vez que as participações de ambos na Sociedade, o qual corresponde nesta

data a totalidade do capital social da Sociedade, qual seja 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, foi utilizada para a formação do capital social da Sócia ora admitida.

- 1.2. Os Sócios que se retiram e a Sociedade outorgam-se reciprocamente, a mais ampla, geral e irrevogável quitação com relação aos atos práticos e dividendos recebidos até a presente data, para nada mais reclamar um do outro a que título for.
- 1.3. Face às alterações mencionadas, a Cláusula Quarta do Contrato Social fica alterada, a partir desta data, passando a viger com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA. O Capital Social, que é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas por sua Titular, em moeda corrente nacional.

<u>Parágrafo Único</u>: A Titular não responderá de maneira subsidiária pelas obrigações sociais, e sua responsabilidade patrimonial perante a Sociedade será limitada ao valor de suas quotas, conforme o artigo 49-A do Código Civil."

### II – TRANSFORMAÇÃO PARA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

- 2.1. A Sociedade, em razão da alteração do quadro societário, conforme disposto na cláusula "I" acima, será transformada em Sociedade Limitada Unipessoal, nos moldes da redação do artigo 1052, §1° do Código Civil.
- 2.2. Posto isso, para refletir a transformação, as Cláusulas do presente instrumento serão parcialmente ou completamente alteradas, para retratar os moldes de uma sociedade limitada unipessoal.

### III - CONSOLIDAÇÃO

3.1. Face às alterações acima, e considerando outros ajustes na redação, formatação e organização do Contrato Social, acordados por unanimidade entre os Sócios, resolvem consolidar o Contrato Social, de modo que passará a vigorar com a seguinte redação:

[Restante da página em branco.]

# "CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ n° 05.343.029/0001-90 NIRE n° 32.2.0172096-1

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Sociedade gira sob a denominação social MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., com Sede e Foro sede na Rua Dois, s/n, Quadra oo8, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030, podendo instalar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território brasileiro e no exterior, a critério da Titular, sendo filiais atuais da Sociedade:

Filial 1 - Estabelecida na Rua Dois s/n - Quadra 008, Lote 008, sala 002 - Civit 1 Serra – ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002-70, e NIRE 3290039774-4.

Filial 2 - Estabelecida na Rua do Mercado, nº 11, 24º andar e cobertura, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-120, inscrito no CNPJ 05.343.029/0003-51, e NIRE 33901 22140-3.

Filial 3 - Estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Pompéia, São Paulo, SP, CEP 05022-001, inscrito no CNPJ 05.343.029/0004-32, e NIRE 3590491075-9.

Filial 4— Estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit 1, Serra - ES - CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-1 3, e NIRE 3290052400-2.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**. A Sociedade tem, por objeto social:

#### (i) Comércio Atacadista:

- Comércio Atacadista de Instrumentos e materiais p/ uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios;
- Comércio Atacadista de calçados;
- Comércio Atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- Comércio Atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comércio Atacadista de Cosméticos e produtos de perfumaria;
- Comércio Atacadista de produtos de higiene pessoal;

- Comércio Atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- Comércio Atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico;
- Comércio Atacadista de equipamentos de informática;
- Comércio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontomédico-hospitalar, partes e peças;
- Comércio Atacadista de outras máquinas e equipamentos, partes e peças;
- Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários;
- Importação e exportação dos produtos e mercadorias acima mencionados.

#### (ii) Prestação de Serviços:

- Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas Assessoramento ao usuário na utilização de sistemas;
- Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-medico-hospitalares. Para esta atividade destaca-se o capital de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- Consultoria em Tecnologia da informação;
- Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;
- Aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador;
- Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis;
- Organização logística do transporte de carga;
- Carga e descarga; Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- Depósito de mercadorias em geral; Laboratórios clínicos;
- Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;

- Atividades de apoio à gestão de saúde;
- Atividades de Teleatendimento;
- Atividades de enfermagem.

Parágrafo 1 - filial estabelecida na Rua Dois, nº 61, Quadra 08, Lotes Englobados 09, 10 e 11, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrita sob o CNPJ 05.343.029/0002-70 e NIRE 3290039774-4, exerce somente a atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7/99).

Parágrafo 2 - A filial estabelecida na Rua do Mercado, nº 11, 24º andar e cobertura, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20010-120, inscrito no CNPJ 05.343.029/0003-51, e NIRE 3390122140-3, exerce as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE 7490-1/04); consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares (CNAE 4618-4/02); representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado (CNAE 4619- 2/00); comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (CNAE 47.73-3-00).

Parágrafo 3 - A filial estabelecida na Avenida Pompéia, 1.810/1.812, Pompéia, São Paulo/SP, CEP 05.022-001, inscrita no CNPJ 05.343.029/0004-32, e NIRE 3590491075-9, exerce as mesmas atividades da matriz com inclusão da atividade de call center (CNAE 82.20-2-00).

Parágrafo 4 - A filial estabelecida na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 006, Galpão fundos, Civit I, Serra/ES, CEP 29.168-030, inscrito no CNPJ 05.343.029/0005-13, e NIRE 3290052400-2, exerce apenas atividade de depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 5211-7/99).

Parágrafo 5 - Para as atividades de representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; e representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado, destaca-se o capital de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u>. O Capital Social, que é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País, dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas por sua Titular, em moeda corrente nacional.

<u>CLÁUSULA QUARTA</u>. A Titular não responderá de maneira subsidiária pelas obrigações sociais, e sua responsabilidade patrimonial perante a Sociedade será limitada ao valor de suas quotas, conforme o artigo 49-A do Código Civil.

<u>CLÁUSULA QUINTA</u>. A duração da Sociedade é por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 25 de setembro de 2002.

<u>CLÁUSULA SEXTA</u>. A Administração da Sociedade será exercida, conjuntamente, pelos Administradores não-sócios: (i) <u>JOSÉ MARCOS SZUSTER</u>, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade n° 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 633.791.987-49; e, (ii) <u>VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER</u>, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade n° 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o n° 266.539.151-15 ("Administradores"); que terão os poderes de administração geral dos negócios sociais, a saber:

- Abrir e movimentar contas bancárias, assinar e endossar cheques, requisitar talões de cheques, autorizar pagamentos, receber faturas, passar recibos e dar quitação;
- II. Firmar propostas, contratos e outros documentos relativos ao objeto social da Sociedade;
- III. Representar a Sociedade ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- IV. Emitir, endossar ou avalizar notas promissórias, letras de câmbio e duplicatas;
- V. Alienar ou onerar de qualquer forma os bens da Sociedade, firmar contratos de locação, *leasing* ou compra de bens e serviços, bem como outros documentos que importem em ônus para a Sociedade; e
- VI. Nomear procuradores, em nome da Sociedade, devendo ser especificados os fins de mandato.

<u>Parágrafo Primeiro</u>. Nos termos do artigo 1.061 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, fica permitida a alteração deste Contrato para a nomeação de administradores não integrantes do quadro societário, desde que aprovada, pela Titular.

<u>Parágrafo Segundo</u>. É vedado aos Administradores o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos da Sociedade.

<u>CLÁUSULA SÉTIMA</u>. Os Administradores terão o direito a retirada mensal, a título de *pró-labore*, cujo valor será livremente convencionado com a Titular.

<u>CLÁUSULA OITAVA</u>. Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, à pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

<u>CLÁUSULA NONA</u>. A Titular deliberará, ordinariamente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil, sobre as destinações dos resultados financeiros, devendo proceder o levantamento do balanço patrimonial e demonstração de resultados econômicos referentes ao período, bem como proceder com as devidas averbações e registros. Poderá, a Titular, decidir sobre toda e qualquer matéria relacionada ao objeto social da Sociedade, isoladamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais ou a lei exigirem.

<u>Parágrafo Primeiro</u>. Toda e qualquer deliberação no âmbito da Sociedade poderá ser realizada de forma presencial, semipresencial ou digital, inclusive permitindo a participação e votação por meio de plataforma digital durante a reunião, conforme decidido por sua Titular, nos termos da legislação vigente.

<u>Parágrafo Segundo</u>. A Titular concorda, nos termos do art. 10, § 2°, da Medida Provisória n° 2.200-2, em utilizar e reconhecer como válida qualquer forma de comprovação de anuência a eventuais termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA</u>. As quotas sob propriedade da Titular poderão ser alienadas, de qualquer modo e a qualquer título, gratuito ou oneroso, total ou parcialmente, a quaisquer terceiros, desde que sejam respeitadas eventuais regras internas da Sociedade e procedidas as devidas alterações contratuais necessárias.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA</u>. A Sociedade somente será dissolvida por deliberação de sua Titular, ou em caso de seu falecimento, caso os sucessores e herdeiros legais não desejem prosseguir com a sociedade, ou, então, em casos decorrentes de decisão de entidade governamental competente. Em todas as hipóteses, proceder-se-á a liquidação de seu ativo e passivo, devendo o remanescente do patrimônio social, se houver, ser atribuído a sua Titular ou aos seus sucessores e herdeiros, em caso de falecimento.

<u>Parágrafo Único</u>. Caberá a Titular estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear e/ou destituir o liquidante dentre pessoas físicas ou jurídicas de ilibada reputação residentes e domiciliadas no Brasil.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA</u>. O exercício social terá início em o1 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano e, ao final de cada exercício, será levantado um balanço patrimonial e o balanço de resultados econômicos, sendo os lucros ou prejuízos verificados reinvestidos, distribuídos ou suportados, por deliberação da Titular.

<u>Parágrafo Único.</u> Por deliberação da Titular, também poderão ser levantados os balanços parciais a qualquer tempo ao longo do exercício social, inclusive para distribuição dos lucros apurados no período.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA</u>. O contrato social será alterado, total ou parcialmente, por deliberação da Titular, exceto se a lei, ou este contrato social, requererem unanimidade na decisão.

<u>Parágrafo Primeiro.</u> Os Administradores da Sociedade poderão realizar todos os atos necessários, de forma a resguardar esses direitos desta Cláusula junto aos seus empregados e contratados, conforme disposto no artigo  $4^{\circ}$ ,  $\S 2^{\circ}$ , da Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

<u>Parágrafo Segundo</u>. A Sociedade e a Titular deverão realizar todos os atos necessários para proceder ao registro dos bens imateriais junto aos órgãos competentes.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA</u>. A regência supletiva da Sociedade Limitada dar-se-á pelas normas regimentais da Sociedade Anônima, Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

<u>CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA</u>. Os casos omissos ou para qualquer demanda oriunda deste instrumento, serão regulados pelas disposições aplicáveis da legislação em vigor, ficando eleito o Foro da Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para resolver quaisquer dúvidas ou litígios que dele se originarem.

E, por estarem justos e contratados, as Partes, assinam o presente instrumento por meio digital, para que produza todos os efeitos legais, declarando todas as Partes expressamente aceitarem e reconhecerem como válida tal forma de assinatura para fins de comprovação de autoria e integridade do presente instrumento, podendo ser admitido como prova pelo Poder Judiciário, para todos os fins, nos termos do art. 10, § 2°, da Medida Provisória n° 2.200-2/2001.

[assinaturas na página seguinte]

[página de assinaturas da Trigésima Primeira Alteração do Contrato Social da Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda, celebrada em 29 de setembro de 2021.]

	Serra/ES, 29 de setembro de 2021.		
Γitular:			
	<b>MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA.</b> Por: José Marcos Szuster e Verônica Vianna Villaça Szuster		
Sócios Re	tirantes:		
	JOSÉ MARCOS SZUSTER		
	VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER		



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)			
CPF/CNPJ	Nome		
26653915115	VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER		
63379198749	JOSE MARCOS SZUSTER		



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/10/2021 17:16 SOB N° 20211274690. PROTOCOLO: 211274690 DE 18/10/2021. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12107930160. CNPJ DA SEDE: 05343029000190. NIRE: 32201720961. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 29/09/2021. MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 43.687.090/0001-43 MATRIZ	COMPROVANTE D	DE ABERTURA 9/2021	
NOME EMPRESARIAL MEDLEVENSOHN PART	ICIPACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 64.62-0-00 - Holdings de	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL instituições não-financeiras		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIV <b>Não informada</b>	VIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	3	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 206-2 - Sociedade Empre			
OGRADOURO R DOIS		NÚMERO COMPLEMENTO QUADRA008	
29.168-030	BAIRRO/DISTRITO CIVIT I	MUNICÍPIO SERRA	UF <b>ES</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVE	ENSOHN.COM.BR	TELEFONE (27) 3338-0756	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV *****	EL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITI 28/09/202	UAÇÃO CADASTRAL 1
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	AL		
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SIT	UAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/10/2021 às 10:56:40 (data e hora de Brasília).

1 of 1 20/10/2021 10:56

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

JOSÉ MARCOS SZUSTER, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Atlântica, n° 804, Apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portador da carteira de identidade n° 03.684.168-2, expedida pela IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 633.791.987-49, doravante denominado "JOSÉ MARCOS";

**VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER**, brasileira, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, assistente social, residente e domiciliada na Avenida Atlântica, n° 804, apto 1101, Bairro Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.010-000, portadora da carteira de identidade n° 24.834.394-9, expedida pelo DETRAN-RJ e inscrita no CPF sob o n° 266.539.151-15, doravante denominado "**VERÔNICA**";

RESOLVEM as Partes firmar o presente Contrato Social de constituição de uma sociedade empresária limitada ("Contrato"), o qual será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

## CONTRATO SOCIAL DA MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA. DA DENOMINAÇÃO, DA LEI APLICÁVEL E DA SEDE

**CLÁUSULA 1ª** - A Sociedade adota a denominação social de **MEDLEVENSOHN PARTICIPAÇÕES LTDA.** e, na condição de sociedade empresária limitada, será regida pelo presente Contrato, pela Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e, supletivamente, pela Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

**CLÁUSULA 2ª** - A Sociedade tem sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030.

**Parágrafo Primeiro** – Por resolução dos Sócios, poderá a Sociedade abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos, dentro ou fora do território nacional, atribuindo-lhes capital autônomo para fins de direito.

**Parágrafo Segundo** – As filiais eventualmente abertas serão extintas nas seguintes hipóteses:

- (a) ocorrendo a extinção do estabelecimento-sede; ou
- (b) por unanimidade dos Sócios representando o capital social da Sociedade.

#### DO OBJETO SOCIAL

**CLÁUSULA 3ª** - A Sociedade terá por objeto social: a participação em outras sociedades, na qualidade de Sócio, acionista ou quotista, atuando como "holding";

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Tal atividade encontra-se incluída no seguinte código de atividade econômica, segundo o CONCLA/IBGE, sem prejuízo de outros códigos, respectivamente: CNAE 6462-o/oo Holdings de instituições não financeiras.

#### **DO PRAZO**

**CLÁUSULA 4ª** - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, iniciando-se as atividades após a data de assinatura deste Contrato.

#### **DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS**

**CLÁUSULA 5ª** - O capital social é de R\$ 1.597.777,00 (um milhão quinhentos e noventa e sete mil setecentos e setenta e sete reais), dividido em 1.597.777 (um milhão quinhentos e noventa e sete mil e setecentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e a ser integralizado mediante a conferência dos bens descritos no anexo I, bem como em moeda corrente do valor de R\$ 9.777,00 (nove mil setecentos e setenta e sete reais) pela Sócia **VERÔNICA**, sendo as quotas divididas entre os Sócios da seguinte forma:

SÓCIO	N° DE QUOTAS	VALOR (R\$)	%
JOSÉ MARCOS	1.438.000	1.438.000,00	90
VERÔNICA	159.777	159.777,00	10
TOTAL	1.597.777	1.597.777,00	100

**Parágrafo Primeiro** – A responsabilidade dos Sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

**Parágrafo Segundo** – No caso de aumento do capital social, os Sócios terão direito de preferência na subscrição das novas quotas, na proporção de suas respectivas participações.

**Parágrafo Terceiro** – As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Quarto** – É vedado os Sócios, a qualquer título, total ou parcialmente, penhorar as quotas do Capital Social, caucioná-las, onerá-las, empenhá-las ou gravá-las.

### **DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL**

**CLÁUSULA 6ª** - A administração da Sociedade será exercida: **(a)** conjuntamente pelos Sócios **JOSÉ MARCOS e VERÔNICA**, acima qualificados ou; **(b)** por 1 (um) procurador nomeado pela Administradora, com poderes específicos, conforme Parágrafo Primeiro, abaixo.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade poderá constituir procuradores para representá-la isoladamente, devendo, entretanto, o instrumento de mandato, conter a especificação dos poderes e o prazo de validade, que poderá ser determinado ou indeterminado, salvo no caso de procurações "ad judicia", que será sempre indeterminado.

Parágrafo Segundo – É expressamente vedado à Sociedade prestar fiança ou aval, assumir favores e/ou obrigações estranhas aos seus objetivos e interesses sociais a pessoas e/ou empresas.

**CLÁUSULA 7ª** - Incumbe ao Administrador:

- (a) representar a Sociedade dentro das atribuições impostas pelos Sócios;
- (b) administrar os negócios sociais com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, representando a Sociedade junto aos órgãos governamentais, repartições e autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, nas esferas federal, estadual ou municipal e cartórios de protestos em todas as suas secções;
- (c) abrir, movimentar e encerrar quaisquer contas bancárias, depositar e retirar dinheiro, títulos e valores, assinar cheques, ordens de pagamento, requisições de cheques, saques, duplicatas, triplicatas, letras de câmbio, bem como quaisquer documentos atinentes às atividades normais da Sociedade;

**CLÁUSULA 8ª** – O Administrador terá o direito a uma retirada mensal a título de "prólabore", cujo valor será fixado e reajustado periodicamente por decisão dos Sócios representando a maioria do capital social e que será levada à conta de despesas gerais da Sociedade.

**CLÁUSULA 9ª** - O Administrador fica dispensado de prestar garantias pelos atos de administração.

**CLÁUSULA 10ª** - Os Sócios, de comum acordo, declaram e aceitam com a previsão de constituição de Conselho de Administração.

**CLÁUSULA** 11ª – Ficam nomeados, nos termos da Cláusula 6ª deste Contrato, para o cargo de Administrador da Sociedade, por tempo indeterminado, o Sr. **JOSÉ MARCOS** e Sra. **VERÔNICA**, devidamente qualificados acima.

Parágrafo Único – O Administrador, ora nomeado, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem que foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

## DA DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS E DA APROVAÇÃO DE CONTAS

**CLÁUSULA** 12ª - As deliberações sociais serão tomadas em reunião, as quais serão convocadas por quaisquer Sócios.

**CLÀUSULA 13ª -** Competirá aos Sócios por unanimidade de votos, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:

- (a) deliberação sobre as demonstrações financeiras e a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver;
- (b) A concessão de empréstimo aos Sócios ou em nome da Sociedade;
- (c) Constituição do conselho de administração da Sociedade e eleição de seus membros.

**CLÀUSULA 14ª** - Competirá aos Sócios, através de votos de pelo menos ¾ (três quartos) da totalidade das quotas representativas do capital social, a deliberação sobre os assuntos abaixo elencados:

- (a) desistir, concordar, transigir, quitar ou fazer acordo sobre quaisquer direitos ou obrigações que envolvam os interesses sociais;
- (b) assumir em nome da Sociedade quaisquer obrigações ou responsabilidades, desde que não envolva a concessão ou obtenção de empréstimos, podendo, para tanto, assinar quaisquer documentos ou contratos públicos ou particulares;
- (c) representar a Sociedade junto a quaisquer instituições financeiras, estabelecimentos bancários, em todas as suas carteiras, bem como perante o Banco Central do Brasil e a Bolsa de Valores;
- (d) alteração do presente Contrato Social;
- (e) fusão, cisão e incorporação;
- (f) nomeação de procuradores;
- (g) dissolução e cessação do estado de liquidação.

**CLÁUSULA 15ª** - Dentro de 4 (quatro) meses a contar da data de encerramento do exercício social, os Sócios reunir-se-ão em Reunião Ordinária a fim de:

- (a) tomar as contas do Administrador, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial correspondente ao exercício social encerrado, com exoneração de responsabilidade do Administrador da Sociedade, na hipótese de aprovação, sem ressalva, dos documentos;
- (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado; e
- (c) designar, se necessário, novo Administrador, fixando-lhe a respectiva remuneração.

**Parágrafo Primeiro -** Cada quota dará a seu titular o direito a 1 (um) voto nas decisões sociais.

**Parágrafo Segundo** - As atas de reuniões de Sócios serão lavradas em livro próprio, assinadas pelos presentes e levadas ao registro no prazo de até 20 (vinte) dias de sua realização.

**Parágrafo Terceiro** - Quaisquer Sócios poderão fazer-se representar nas reuniões por outro Sócio ou por procuradores devidamente autorizados por procuração ou por carta, telegrama, e-mail ou fac-símile que indique tal representação.

#### DO EXERCÍCIO SOCIAL

**CLÁUSULA** 16ª – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o balanço geral. A Sociedade deverá preparar e submeter aos Sócios, balanços semestrais ou em períodos menores, podendo, com base nesses balanços:

- (a) declarar e distribuir os lucros apurados, lucros acumulados ou reservas de lucros existentes;
- (b) manter os referidos lucros apurados em conta de lucros em suspenso; ou
- (c) destiná-los ao aumento de capital.

**Parágrafo Único** - Os lucros serão distribuídos proporcionalmente às respectivas participações, permitida, no entanto, a distribuição desproporcional por decisão unânime de Sócios.

## DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

**CLÁUSULA 17ª** - Exceto em caso de doação, a alienação de quotas da Sociedade somente será feita, obedecendo aos seguintes critérios:

- (a) prioridade para aquisição pela própria Sociedade; e
- (b) aquisição por demais Sócios.

**Parágrafo Primeiro** – É vedado qualquer tipo de alienação a terceiros, estranhos à linha direta de sucessão familiar dos atuais Sócios, a qualquer tempo, sob pena de ser considerada nula, aplicando-se as regras previstas nos parágrafos a seguir, priorizando-se sempre o "intuitu personae".

Parágrafo Segundo – Os Sócios que desejarem alienar suas quotas comprometem-se a respeitar o direito de preferência nos termos acima previstos, de forma a resguardar a Sociedade e os demais Sócios, em igualdade de condições com o adquirente. A preferência incidirá em qualquer forma de sucessão, cessão, transferência, alienação ou oneração direta ou indireta das quotas e os direitos a elas inerentes, bem como subscrição de novas quotas.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de quaisquer Sócios desejarem praticar qualquer forma de alienação de parte ou totalidade de sua participação societária na Sociedade e/ou os direitos que detém em função da referida participação, deverá notificar, por escrito, os demais Sócios ("Notificação de Oferta") especificando: (a) a quantidade de quotas ofertadas, além do percentual do capital social da Sociedade que elas representam; e (b) os termos, o preço e as demais condições de pagamento.

**Parágrafo Quarto** – Os Sócios terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Notificação de Oferta, para manifestarem-se, por escrito, e especificando a parcela da participação que pretendem adquirir.

Parágrafo Quinto – As quotas sobre as quais não for exercido o direito de compra deverão ser ofertadas novamente aos demais Sócios, mediante a citada Notificação de Oferta, tendo os Sócios mais 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, para se manifestarem. A aceitação, nos termos deste parágrafo, terá caráter irrevogável, sendo que o descumprimento destas obrigações possibilitará à Sociedade considerar o ato nulo.

Parágrafo Sexto – Caso quaisquer dos Sócios confirmem sua intenção de adquirir as quotas ofertadas, a aceitante terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da aceitação, para exercer o seu direito de preferência, efetuando o pagamento do preço ou de parcela deste, de acordo com o que estiver estipulado na Notificação de Oferta. Nesta ocasião, serão transferidas ao Sócio aceitante as quotas que tiver adquirido ou será repetido o processo em relação à Sociedade.

**Parágrafo Sétimo** – Fica desde já estabelecido que a falta de manifestação a respeito da Notificação de Oferta, dentro do prazo acima estabelecido, presume, para todos os efeitos, renúncia irrevogável e irretratável ao exercício do direito de preferência, ficando caracterizada a falta de interesse na aquisição das quotas. Caso seja

verificada esta hipótese, deverá ser operada a apuração dos haveres do Sócio ofertante, na qualidade de Sócio dissidente, aplicando-se as regras previstas na Cláusula 18ª e parágrafos, abaixo.

**Parágrafo Oitavo –** O valor das quotas, na negociação entre o Sócio alienante e os demais Sócios ou a Sociedade, será o valor de mercado apurado em avaliação feita por empresa especializada.

**Parágrafo Nono** – Para os fins do Parágrafo Oitavo desta Cláusula 17ª, será contratada 1 (uma) entre 3 (três) empresas com expertise comprovada, de comum acordo entre os Sócios, para apurar o valor da participação do Sócio dissidente.

**Parágrafo Décimo –** Será nula de pleno direito, não produzindo qualquer efeito válido, a oferta ou a alienação de participações societárias que não atendam ao disposto nos parágrafos acima.

### DA SUCESSÃO E DA APURAÇÃO DE HAVERES

**CLÁUSULA** 18ª – O falecimento, ausência, retirada, exclusão ou incapacidade de quaisquer Sócios não dissolverá a Sociedade, prosseguindo esta com os demais Sócios. Ocorrendo qualquer das situações aqui previstas com quaisquer Sócios ou sub-rogação forçada nos direitos às quotas, somente serão admitidos ao convívio social, sucessores, sociedades coligadas ou controladas diretas, sendo expressamente proibida a admissão de cônjuges, companheiros, ex-cônjuges, excompanheiros, novos controladores, síndicos, liquidantes ou qualquer terceiro, seja pessoa natural ou jurídica.

Parágrafo Primeiro – Somente serão admitidos ao convívio social novos sócios, caso os Sócios representando ¾ (três quartos) do capital social, em Reunião de Sócios, os aceitem. Os Sócios, quando excluídos, farão jus aos pagamentos de seus haveres, sendo utilizado como parâmetro o valor do Patrimônio Líquido constante do último Balanço Geral. Para apuração dos haveres e dos pagamentos deverão ser observados os termos dos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 17ª e Parágrafos Segundo e Terceiro desta Cláusula 18ª, respectivamente.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de falecimento, impedimento ou incapacidade de quaisquer Sócios ou, ainda, de sub-rogação forçada nos direitos às quotas, incorrendo nas regras onde há vedação expressa na admissão de novos sócios, serão estes excluídos da Sociedade mediante alteração contratual, tendo seus direitos e haveres apurados com base nos Parágrafos Oitavo e Nono da Cláusula 17ª, acima, os quais serão pagos no prazo máximo de 120 (cento e vinte) meses, em parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o evento e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

**Parágrafo Terceiro** – O prazo mencionado acima poderá ser reduzido desde que, a situação financeira da Sociedade assim comporte, verificando-se a disponibilidade de

caixa e, ainda, mediante determinação de Sócios representando 90% (noventa por cento) do capital social.

### DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A UM SÓCIO

**CLÁUSULA 19ª** - Na vigência deste Contrato, ocorrendo impedimento ou incapacidade de quaisquer Sócios, que comprometa o desenvolvimento da Sociedade, será este excluído da Sociedade mediante a alteração contratual, sendo seus direitos e haveres pagos na forma descrita nas cláusulas anteriores.

**CLÁUSULA 20ª** - Será expressamente admitida exclusão de Sócio, por justa causa, na hipótese de prática de atos contrários aos interesses da Sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação de Sócios representando a maioria do capital social.

**Parágrafo Primeiro –** Caberá à Reunião de Sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo Segundo – Será dado ao Sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.

**Parágrafo Terceiro** – Os haveres do Sócio excluído serão apurados e pagos na forma dos Parágrafos Oitavo e Novo da Cláusula 17ª e Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula 18ª, respectivamente, ressalvando-se o direito de retenção dos haveres para garantia de atos imputáveis ao excluído.

**Parágrafo Quarto** – Para fim de definição de prática de atos contrários aos interesses da Sociedade ou por violação de cláusulas contratuais, entende-se:

- (a) Não observação das disposições contidas neste Contrato Social;
- (b) Cometer falta grave no cumprimento de suas obrigações perante a Sociedade;
- (c) Deixar de agir com lealdade e diligência, inclusive desviando ou permitindo o desvio de bens ou recursos da Sociedade para uso próprio ou de terceiros ou qualquer outro tipo de fraude;
- (d) Concorrer, sob qualquer forma, com a Sociedade;
- (e) Criar, incorrer, assumir ou permitir a existência de quaisquer gravames sobre as Quotas;

- (f) Ser condenado judicialmente, com trânsito em julgado, mesmo em instância singular, pela prática de quaisquer crimes doloso e/ou hediondo;
- (g) Adotar comportamento impróprio e/ou inadequado perante funcionários, clientes, parceiros ou fornecedores da Sociedade;
- (h) Praticar atos que a lei ou a jurisprudência venham a considerar como justa causa para exclusão de sociedades.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA 21ª** - É vedado aos Sócios a prestação de fianças e avais ou qualquer outra garantia real ou fidejussória, que envolvam de qualquer forma as quotas representativas do capital social da sociedade, ficando ditas quotas, desde já, gravadas com as cláusulas de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

#### DO FORO

**CLÁUSULA 22ª** - Para todas as questões oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o foro da Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Em testemunho disto, os Sócios, aceitam e concordam em assinar eletronicamente o presente instrumento, reconhecendo a validade jurídica da assinatura eletrônica para fins de comprovação de sua autoria e integridade, podendo ser admitido como prova pelo Poder Judiciário, para os devidos fins.

Serra/ES, 02 de setembro de 2021.

Sócios:

JOSE MARCOS Assinado de forma digital por JOSE MARCOS SZUSTER:6337 SZUSTER:63379198749 Dados: 2021.09.27 17:28:58-03'00'

#### **JOSÉ MARCOS SZUSTER**

VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER:26653915115 Assinado de forma digital por VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER:26653915115 Dados: 2021.09.28 09:25:39 -03'00'

VERÔNICA VIANNA VILLAÇA SZUSTER

Advogado:

AMANDA LACERDA Assinado de forma digital por AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION Dados: 2021.09.28 09:53:04-03'00'

AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION OAB/RJ nº 162.474

## ANEXO I – RELAÇÃO DE BENS

### (i) Por **JOSÉ MARCOS**:

- -1.500.000 (um milhão e meio de quotas), no valor correspondente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e meio de reais), da sociedade **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, CNPJ: 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o n° 32201720961, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030.
- 88.000 (oitenta e oito mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais), da **LEVE SAUDAVEL SHOPPING EIRELI**, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Lote 008, Sala 005, 1° andar, Bairro Civit 1, Cidade de Serra/ES, CEP: 29168-030, inscrita na Junta Comercial do Espírito Santo sob NIRE 32.6.0008919-0 e no CNPJ/ME sob n° 25.346.626/0001-85.

#### (ii) Por **VERÔNICA**:

- 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, no valor correspondente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), da sociedade **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**, CNPJ: 05.343.029/0001-90, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob o n° 32201720961, com sede na Rua Dois, s/n, Quadra 008, Civit I, Cidade de Serra, no Estado do Espírito Santo, CEP: 29.168-030.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION, com inscrição ativa no OAB/RJ, sob o n° 162474, expedida em 05/08/2015, inscrito no CPF n° 10674111788, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)			
CPF	N° do Registro	Nome	
10674111788	162474	AMANDA LACERDA TAVORA SCIPION	



CERTIFICO O REGISTRO EM 28/09/2021 15:20 SOB Nº 32202820986. PROTOCOLO: 211138231 DE 22/09/2021. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12107195214. CNPJ DA SEDE: 43687090000143. NIRE: 32202820986. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/09/2021. MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA Nome Empresarial: MEDI EVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITAL ARES I TDA

Protocolo: ESC2100185979



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

## **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

#### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada CNPJ Data de Ato Constitutivo NIRE (Sede) Início de Atividade 32201720961 05.343.029/0001-90 13/09/2013 13/09/2013 **Endereco Completo** Rua DOIS, Nº S/N, QUADRA 008 LOTE 008, CIVIT I - Serra/ES - CEP 29168-030 A SOCIEDADE TEM POR OBJETIVO O COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS P/ USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATORIOS PRODUTOS ALIMENTICIOS CALCADOS MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINARIO PROTESES E ARTIGOS DE ORTOPEDIA COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVACAO DOMICILIAR EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR PARTES E PECAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, PARTES E PECAS MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO OUTROS PRODUTOS INTERMEDIARIOS MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PNEUMATICOS, EXCETO VALVULAS ASSESSORAMENTO AO USUARIO NA UTILIZACAO DE SISTEMAS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, SEM OPERADOR DEPOSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA- MOVEIS ORGANIZACAO LOGISTICA DO TRANSPORTE DE CARGA CARGA E DESCARGA TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DEPOSITO DE MERCADORIAS EM GERAL LABORATORIOS CLÍNICOS ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE ATIVIDADES DE ENFERMAGEM. **Capital Social** Porte Prazo de Duração R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) Indeterminado Demais Capital Integralizado R\$ 1.500.000.00 (um milhão e quinhentos mil reais) Dados do Sócio Nome CPF/CNPJ Participação no capital Administrador Término do mandato Espécie de sócio JOSE MARCOS SZUSTER 633.791.987-49 R\$ 1.350.000,00 Sócio Indeterminado Nome CPF/CNPJ Participação no capital Espécie de sócio Administrador Término do mandato **VERONICA VIANNA** 266.539.151-15 R\$ 150.000,00 Indeterminado Sócio VILLACA SZUSTER Dados do Administrador CPF Término do mandato Nome JOSE MARCOS SZUSTER 633.791.987-49 Indeterminado Nome CPF Término do mandato VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER 266.539.151-15 Indeterminado Último Arquivamento Situação Data ATIVA Número Ato/eventos 002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO Status 27/09/2021 20211199281 NOME EMPRESARIAL) SEM STATUS

#### Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

**1 - NIRE**: 32900397744 **CNPJ**: 05.343.029/0002-70

Endereço Completo

RUA DOIS, Nº 61, QUADRA08 LOTE ENGLOBADOS 09 10 11 , CIVIT I, Serra, ES, CEP: 29168030 **2 - NIRE:** 33901221403 **CNPJ:** 05.343.029/0003-51

Endereço Completo

Endereço Completo



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

## **CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Continuação

#### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Protocolo: ESC2100185979

AVENIDA Pompéia, № 1810, ANEXO 1.812; , Vila Pompéia, São Paulo, SP, CEP: 05022001

CNPJ: 05.343.029/0005-13

**4 - NIRE:** 32900524002 **Endereço Completo** 

RUA DOIS, Nº S/N, QUADRA 008; LOTE 006; GALPAO FUNDOS , CIVIT I, Serra, ES, CEP: 29168030

Esta certidão foi emitida automaticamente em 19/10/2021, às 07:57:34 (horário de Brasília). Se impressa, verificar sua autenticidade no https://www.simplifica.es.gov.br, com o código OJLADHGT.



Paulo Cezar Juffo Secretário Geral

CARTÓRIO



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

## PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



#### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **04/05/2021 09:08:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 32290305211409842558-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

#### **CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b27eec32cd3015b0fc0c3cab4e27a19407f7498cfcd303c6c08857adc0c1cf92b0d03ebf818302735c4d019f54ca6b97e85a e750ad1dbdc5c2703bcfe97e77152





1 of 1 04/05/2021 09:09







#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

## PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



#### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 17/06/2020 01:23:05 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Consulta desta Declaração.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 32292106191311280913-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

#### **CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b1fee69263f1699f8332c3ecaf21e9872a855c848278e093621284bcb2a83fb631be42388f463a37bb9c3202748b8 c51685ae750ad1dbdc5c2703bcfe97e77152



1 of 2 17/06/2020 01:23



2 of 2



## Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

Certifico que nesta data (25/10/2021 às 08:26) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 266.539.151-15.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6176.944F.5E2D.3167 no seguinte endereço: <a href="https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php">https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php</a>



## Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

Certifico que nesta data (25/10/2021 às 08:23) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 05.343.029/0001-90.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6176.93BD.16CD.5021 no seguinte endereço: <a href="https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php">https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php</a>



## Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

Certifico que nesta data (25/10/2021 às 08:25) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 633.791.987-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6176.9412.580C.7106 no seguinte endereço: <a href="https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php">https://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/autenticar\_certidao.php</a>



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DATA DE ABERTURA COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 05.343.029/0001-90 25/09/2002 **CADASTRAL MATRIZ** MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PORTE **MEDLEVENSOHN DEMAIS** CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-02 - Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas 46.18-4-02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calcados 46.44-3-01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano 46.44-3-02 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis 52.12-5-00 - Carga e descarga 52.50-8-04 - Organização logística do transporte de carga 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada LOGRADOURO NÚMERO COMPLEMENTO R DOIS **QUADRA 008 LOTE 008** S/N BAIRRO/DISTRITO MUNICÍPIC ES 29.168-030 **CIVIT I SERRA** ENDEREÇO ELETRÔNICO TELEFONE COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR (27) 3338-0756 ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVÁ 03/11/2005 MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 01/11/2021 às 08:29:56 (data e hora de Brasília).

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

ENDEREÇO ELETRÓNICO COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ******  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  CIVIT I  SERRA  TELEFONE (27) 3338-0756   DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.343.029/0001-90 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriorment operador 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos 86.40-2-09 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriorment 86.50-0-01 - Atividades de enfermagem 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde  CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada  LOGRADOURO R DOIS  BAIRRO/DISTRITO CIVIT I MUNICÍPIO SERRA  ENDEREÇO ELETRÔNICO CIVIT I TELEFONE (27) 3338-0756  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *******  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		MERCIO E REPRESENTACOES DE	PRODUTOS HOSPI	TALARES LTDA		
206-2 - Sociedade Empresária Limitada  LOGRADOURO R DOIS  BAIRRO/DISTRITO CIVIT I  ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  ******  BAIRRO/DISTRITO CIVIT I  TELLEFONE (27) 3338-0756  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	74.90-1-04 - Atividades 77.39-0-02 - Aluguel de 77.39-0-99 - Aluguel de operador 86.40-2-02 - Laboratór 86.40-2-99 - Atividades 86.50-0-01 - Atividades	s de intermediação e agenciamento e equipamentos científicos, médico e outras máquinas e equipamentos los clínicos s de serviços de complementação o s de enfermagem	s e hospitalares, se comerciais e indus	m operador triais não espec	cificados anterior	mente, sem
R DOIS  S/N QUADRA 008 LOTE 008  CEP 29.168-030  BAIRRO/DISTRITO CIVIT I  ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  ******  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL O3/11/2005						
29.168-030  CIVIT I  SERRA  TELEFONE (27) 3338-0756  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  ******  SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL O3/11/2005					LOTE 008	
COMERCIAL@MEDLEVENSOHN.COM.BR  [27) 3338-0756  ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  ******  SITUAÇÃO CADASTRAL  ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRA  03/11/2005	-					UF <b>ES</b>
*****  SITUAÇÃO CADASTRAL  ATIVA  DATA DA SITUAÇÃO CADASTRA  03/11/2005						
ATIVÁ 03/11/2005 Ó		SÁVEL (EFR)				
MOTIVO DE CITUAÇÃO CADACEDA						STRAL
MOTIVO DE STIUNÇÃO CADASTRAL	MOTIVO DE SITUAÇÃO CADA	STRAL				

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **01/11/2021** às **08:29:56** (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 05.343.029/0001-90

NOME EMPRESARIAL: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

**CAPITAL SOCIAL:** R\$1.500.000,00 (Hum milhão, quinhentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial: JOSE MARCOS SZUSTER

**Qualificação:** 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: VERONICA VIANNA VILLACA SZUSTER

**Qualificação:** 05-Administrador

Nome/Nome Empresarial: MEDLEVENSOHN PARTICIPACOES LTDA

**Qualificação:** 22-Sócio

Nome do Repres. Legal: JOSE MARCOS SZUSTER Qualif. Rep. Legal: 05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 01/11/2021 às 08:30 (data e hora de Brasília).



#### SINTEGRA/ICMS

#### Consulta Pública ao Cadastro

#### Estado do Espírito Santo



Cadastro atualizado até: 01/11/2021 IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

CNPJ: 05.343.029/0001-90 Inscrição Estadual: 082.992.44-4

MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES Razão Social:

ITDA

**ENDEREÇO** 

Logradouro: **RUA DOIS** 

Número: SNQUADRA 008 LOTE 008 **Complemento:** 

Bairro: CIVIT I

UF: ES Município: SFRRA

CEP: 29168030 Telefone: (0027) 33380756

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica: COM ATACADINSTRU/MAT P/USO MEDICO, CIRURGICO, HOSPITALAR E DE LABORATO

Data de Inicio de Atividade: 29/10/2013 Situação Cadastral Vigente: HABILITADO Data desta Situação Cadastral: 29/10/2013

Regime de Apuração: ORDINÁRIO

A Inscrição Estadual (IE) com situação cadastral vigente HABILITADO indica que a empresa está APTA a realizar operações como contribuinte do ICMS.

Já a IE com situação cadastral NÃO HABILITADA indica que a empresa NÃO está APTA a realizar operações como contribuinte do ICMS, caso mantenha entre as suas atividades pelo menos um CNAE cuja inscrição estadual seja obrigatória. Caso a empresa não pertença a um CNAE cuja inscrição seja obrigatória e o CNPJ esteja ATIVO (consultar o site da Receita Federal do Brasil - http://www.receita.fazenda.gov.br), a empresa poderá ser destinatária de mercadorias, bens e serviços como CONSUMIDOR FINAL. Neste caso, o número da Inscrição Estadual NÃO deverá constar em documentos que acobertem operações tributáveis pelo ICMS.

A lista dos CNAEs obrigados à Inscrição Estadual está disponível no endereço: ftp://ftp.sefaz.es.gov.br/CNAE-F/cnaes obrigadas a inscricao.pdf

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco.

**Data da Consulta: 01/11/2021** 

**VOLTAR** 

© Copyright 2003/2021 Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo Av. João Batista Parra .  $n^0600$  . Ed. Aureliano Hoffman . Enseada do Suá . Vitória-ES CEP: 29050-375 . CNPJ: 27.080.571/0001-30

1/1 www.sintegra.gov.br

# \* 1506 SERRA 1533 \*

## PREFEITURA DA SERRA

## SECRETARIA DA FAZENDA

# Comprovante de inscrição Municipal e de situação cadastral

CPF/CNPJ 05.343.029/0001-90		ão Municipal <b>4660633</b>	Data de Cadastro no Município 07/10/2021		Data de Abertura 13/09/2013	
Nome Empresarial MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA						
Titulo do Estabelecimento (Nome Fantasia)  MEDLEVENSOHN						
Tipo de Empresa <b>DEMAIS</b>						
Endereço R DOIS, 0 QUADRA 008 LOTE 008						CEP <b>29168-030</b>
Bairro CIVIT I		Cldade SERRA				U.F <b>ES</b>
Endereço Eletrônico comercial@medlevensoh	n.com.br		Telefone <b>33380756</b>			
Situação Cadastral <b>Ativo</b>	Simples Nacional NÃO			Tipo ISS  Variavel		
Tipo do Alvará Titulo LicencaFuncionamento Sanitario		Data da emi 18/08/202 04/09/201	27/09/		)21 Vencido	
Socios						
	ome IEDLEVEN	NSOHN PARTICIPA	ACOES LTDA			

Código e descrição da atividade econômica principal

4645-1/01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de

Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias

7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

- 6204-0/00 Consultoria em tecnologia da informação
- 4646-0/01 Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
- 4646-0/02 Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
- 4649-4/08 Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
- 3314-7/02 Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas
- 4664-8/00 Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-
- hospitalar; partes e peças
- 4644-3/02 Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
- 7739-0/02 Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador
- 4643-5/01 Comércio atacadista de calçados
- 4649-4/99 Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
- 4651-6/01 Comércio atacadista de equipamentos de informática
- 4669-9/99 Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
- 7739-0/99 Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
- 5250-8/04 Organização logística do transporte de carga

Código e Descrição das Atividades Econômicas Secundárias

5211-7/99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis

4637-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente

4644-3/01 - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

4689-3/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente \*

4618-4/02 - Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médicohospitalares

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

5212-5/00 - Carga e descarga

7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

8640-2/99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente

8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

8640-2/02 - Laboratórios clínicos

8650-0/01 - Atividades de enfermagem



Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20210000544609

Identificação do Requerente: CNPJ N° 05.343.029/0001-90

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em 23/08/2021, válida até 21/11/2021.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 23/08/2021.

Autenticação eletrônica: 0017.6D33.7870.8BCC



# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES

LTDA

CNPJ: 05.343.029/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' d' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 10:08:07 do dia 14/06/2021 <hora e data de Brasília>. Válida até 11/12/2021.

Código de controle da certidão: **3EBB.3B17.44AD.75BD** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

**Imprimir** 



# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.343.029/0001-90

Razão Social MEDLEVENSOHN COM E REPRES DE PROD HOSPITALARES LTDA

Endereço: R DOIS SN QUADRA 008 LOTE 008 / CIVIT I / SERRA / ES / 29168-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**31/10/2021 a 29/11/2021

Certificação Número: 2021103103541762888550

Informação obtida em 01/11/2021 08:27:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



# PREFEITURA DA SERRA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

29176-439 - R MAESTRO ANTÔNIO CÍCERO, 111 CAÇAROCA SERRA ES

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS IMOBILIÁRIOS

Número 11203448/2021 Data Geração: **25/10/2021** Data Validade: 25/12/2021

Certificamos que não constam relativamente ao imóvel identificado, em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

# Identificação

Inscrição 011.3.008.0300.001 Controle: 11966720

Responsável MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Local do Imóvel 29168-030 - R DOIS, 0 ENGLOBADOS LOTES 07 E 08

Bairro/Loteamento CIVIT I Quadra: VIII Lote: 008 Loteamento: -

## Data Emissão 25/10/2021

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

http://www.serra.es.gov.br Número: 11203448/2021 Inscrição: 11966720

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente



# PREFEITURA DA SERRA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

29176-439 - R MAESTRO ANTÔNIO CÍCERO, 111 CAÇAROCA SERRA ES

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 11203444/2021 Data Geração: 25/10/2021 Data Validade: 25/12/2021

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

# Identificação

CCM 4660633

Contribuinte MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS

CNPJ / CPF 05.343.029/0001-90

IE / RG

Endereco R DOIS, 0 QUADRA 008 LOTE 008

Bairro CIVIT I Cidade: SERRA Estado: ES

Atividade

Endereço Entrega R DOIS, QUADRA 008 LOTE 008

Data Emissão: 25/10/2021

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

http://www.serra.es.gov.br Número: 11203444/2021 Inscrição: 4660633

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ

Certidão Emitida Gratuitamente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria Geral do Município

# CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que a pedido da empresa **MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 05.343.029/0001-90, que após consulta nos livros e registros desta **Procuradoria Geral** não encontramos débitos em nome da referida empresa.

E por ser verdade, firmo a presente.

Serra, 19 de outubro de 2021.

Sônia Maria Vieira

Diretora do Depto de Cobrança de Dívida Administrativa e Judicial – DICODAM Zimbra thaina@medlevensohn.com.br

#### Fwd: RES: CND da Procuradoria Geral do Estado (PGE)

**De :** Luciany ALVES <lucianyalves.contabilidade@gmail.com>

Seg, 05 de Out de 2020 17:28

1 anexo

Assunto: Fwd: RES: CND da Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Para: amanda scipion <amanda.scipion@medlevensohn.com.br>, Thainá\_Medlevensohn <thaina@medlevensohn.com.br>, Alinny Rafalsky <alinny@medlevensohn.com.br>

Boa tarde!

Tendo em vista a necessidade da empresa, encaminhou um email para a PGE solicitando a CND. Abaixo resposta:

Atenciosamente,

----- Mensagem original -----

Assunto: RES: CND da Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Data:05/10/2020 17:14

**De:**parcelamento-pge <<u>parcelamento@pge.es.gov.br</u>>

Para:Setor de cadastro | Exacta Contabilidade < cadastro@exactacontabilidade.com.br >

Boa tarde.

Esclarecemos que esta Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo (PGE/ES) não emite Certidão Negativa de Débito (CND) para com a Fazenda Pública Estadual. A emissão desta certidão compete à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), conforme art.2º do Decreto 1.706-R de 26/07/06 e está disponível para emissão em seu site, no endereço <a href="http://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area">http://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area</a> publica/cnd/emissao.php.

Esclarecemos ainda que, desde julho de 2016, A PGE/ES também não emite mais a Certidão de Inexistência de Ação de Execução Fiscal Ajuizada. Tal procedimento foi revisto, tendo em vista que no site do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) a referida certidão pode ser emitida de forma eletrônico e online no endereço <a href="https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm">https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm</a>.

## Setor de Parcelamento

PGE – Procuradoria Geral do Estado

**PFI** – Procuradoria Fiscal

Av. Nossa Senhora da Penha, 1.590, 10º andar, sala 1007

Barro Vermelho, Vitória/ES, Cep: 29.057-550

http://www.pge.es.gov.br parcelamento@pge.es.gov.br +55 27 3636-5105

Cartório Azevêdo Bastos

Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br



1 of 3





26/10/2020 08:56



 $\textbf{De:} \ \ \text{Setor de cadastro} \ \ | \ \ \text{Exacta Contabilidade} < \underline{\text{codastro}} \underline{\text{@exactacontabilidade.com.br}} > \underline{\text{Peroposition of the cadastro}} > \underline$ 

Boa tarde!

Prezado,

Estamos precisando da CND da Procuradoria Geral do Estado (PGE), onde podemos obter essa Certidão? Desde já agradeço.

--

#### Favor confirmar recebimento.

Atenciosamente,

#### Claudiana Lempke|Setor de Cadastro

Tel.: (27) 3079-0155



Antes de imprimir pense no seu compromisso com o meio ambiente e evite o desperdício

## Antes de imprimir pense em seu compromisso com o meio ambiente.

As informações existentes nesta mensagem e em seus arquivos anexados são para uso restrito, sendo seu sigilo protegido por lei. Caso você não seja o destinatário, saiba que leitura, divulgação ou cópia são proibidas. Neste caso, favor notificar o remetente e apagar as informações. O uso impróprio destas informações será tratado conforme as normas da empresa e a legislação em vigor.

Luciany Alves | Contadora Exacta Contabilidade Empresarial Ltda. Tel.: (27) 3281.7071 - (27) 3341.0931 - (27) 99814.5385

Contabilidade, estratégia & você!

Antes de imprimir pense no seu compromisso com o meio ambiente e evite o desperdício.

26/10/2020 08:56



2 of 3













image001.jpg

26/10/2020 08:56 3 of 3





Cartório Azevêdo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estado, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br https://azevedobastos.not.br





#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DA PARAÍBA CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS FUNDADO EM 1888

# PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484 http://www.azevedobastos.not.br E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



# DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes³.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 26/10/2020 09:20:20 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa MEDLEVENSOHN COM. E REPR. DE PROD. HOSP. LTDA MATRIZ ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital...

Esta Declaração é valida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

'Código de Autenticação Digital: 32292610204967761545-1 a 32292610204967761545-3

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

#### **CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bf90b04e13d66c25a0d4f3868cf1a02f9357fc1a13dcb228fd0ccb7bf2ded3fb3e6f6b2df82ecd976c32620743366140985ae750a d1dbdc5c2703bcfe97e77152





1 of 1



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.343.029/0001-90 Certidão nº: 38977998/2021

Expedição: 18/10/2021, às 08:20:36

Validade: 15/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **05.343.029/0001-90**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

# INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.